

Conselhos querem ampliar bolsa-escola

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**

A Conferência Nacional dos Direitos da Criança, realizada na semana passada em Brasília, terminou com uma agenda de 216 propostas em sete áreas diferentes. Apenas uma delas, no entanto, aparece três vezes, em temas diversos: a adoção da Bolsa-Escola em todo o país, seja com esse nome, seja chamada de Renda Mínima, como solução para levar as crianças para a escola e terminar com o trabalho infantil.

No capítulo dedicado à educação, os cerca de mil conselheiros, promotores e representantes dos direitos da infância pedem a implantação de um programa nacional de bolsa-escola, atendendo todas as crianças de famílias com renda abaixo de meio salário mínimo per capita. A proposta vai além: que a bolsa seja paga até à conclusão do ensino médio — o antigo 2º grau —, e não ser suspensa quando o estudante completa 14 anos. “Hoje a exigência para quem procura trabalho é o 2º grau. Então o ensino deveria ser obrigatório até o fim da escola”, diz Sérgio Haddad, da Organização Não Governamental Ação Educativa, um dos representantes da sociedade civil no encontro.

O bolsa-escola aparece de novo nas propostas da plenária de Assistência Social, desta vez com o nome de renda mínima. A in-

Jorge Cardoso 6.9.99



Menino de rua em Taguatinga: educadores apresentam 216 propostas e pedem mais verbas para a infância

tenção dos conselheiros é a de que o governo garanta o programa até que os jovens beneficiados cheguem aos 18 anos, pagando um salário mínimo por família. Hoje, o programa implementado pelo Ministério da Educação atende crianças entre 7 e 14 anos com valores entre R\$ 25 e R\$ 60, de acordo com a renda familiar.

Na plenária sobre Trabalho, os conselheiros pedem que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do governo federal — em que uma das principais ações é a Bolsa Criança Cidadã, semelhante ao bolsa-escola — benefi-

cie adolescentes até 16 anos, e o valor chegue a um salário mínimo por família.

A avaliação dos membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) é de que programas como o bolsa-escola é uma das melhores formas para assegurar educação, saúde, segurança e lazer para crianças, e deveria ser adotado por todos os estados. O que falta hoje são recursos, além da boa vontade dos governantes.

Outra proposta da plenária de Educação visa justamente garantir mais dinheiro para a área. En-

quanto o Plano Nacional de Educação — um conjunto de metas enviado ao Congresso pelo governo em 1997 — prevê um investimento de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2007, os Conselheiros querem 10% do PIB até 2009. Hoje, o setor público investe 5% do PIB, e o privado, 1,2%.

PROJETOS

As idéias apresentadas e votadas pelos conselheiros na Conferência são um guia para as políticas na área da infância nos próximos anos. Em fevereiro, uma reunião do Conanda deve estudar

cada uma das propostas e ver como sua implementação deve ser feita. “Algumas podem ser apenas uma resolução do Conselho. Outras, podem virar projetos de lei ou serem encaminhadas aos ministros”, explica Neide Castanho, do Conanda.

Colocar em prática cada uma das idéias, no entanto, é outra história. Uma dos artigos pede, por exemplo, a aplicação do artigo 123 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — que obriga os meninos infratores a terem acesso a atividades pedagógicas quando internados.

O principal obstáculo para colocar em prática as soluções é a falta de vontade de quem deveria trabalhar para resolver os problemas: os governantes. Está lá, na primeira linha de um relatório preparado pelos Conselhos da Criança e do Adolescente de 20 estados brasileiros e apresentado na Conferência. O primeiro item colocado como “dificultador” pelos conselheiros é “a falta de vontade política entre os governantes para fazer valer o Estatuto.”

“Há falta de vontade política sim, e acomodação. Muitas vezes só aparece uma solução quando estoura uma bomba, como aconteceu em São Paulo”, afirma a deputada Rita Camata (PMDB-ES), coordenadora, na Câmara, da Frente Parlamentar da Criança. O descaso se traduz em dezenas de dificuldades para fazer com que a rede de apoio à criança — conse-

lhos tutelares e de acompanhamento do ECA — sejam instalados e funcionem como deveriam.

Outro ponto apontado pelos relatórios estaduais é justamente a ausência desses conselhos — exigidos pelo estatuto — na maioria dos municípios. Sem essas organizações, fica complicado fazer o acompanhamento dos executivos municipais e do cumprimento das normas.

A parte mais visível dessa falha do sistema aparece quando se trata dos menores infratores. Apenas 10 estados estão usando integralmente as medidas sócio-educativas como semi-liberdade, liberdade vigiada ou prestação de serviços para substituir, quando possível, as internações em locais como o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), no Distrito Federal.

O relatório cita, especificamente, o que chama de “descaso” dos governos no atendimento aos menores. A falta de políticas especializadas para tratar dos menores infratores estaria colaborando para o crescimento de uma campanha contra o ECA — outro fator que atrapalharia a evolução das políticas de direitos da criança. “Os contrários ao estatuto usam casos como o de São Paulo para dizer que ele não garante a punição”, concorda Rita Camata. “Mas é exatamente o contrário. As punições estão ali, de acordo com a gravidade do crime cometido.